

Contra a desumanização do trabalhador

Patrícia da Veiga

José de Souza Martins esteve em Goiânia no mês de abril para ministrar Aula Magna aos alunos do programa de pós-graduação em Sociologia. Era uma noite especial, com auditório lotado, em que o Programa comemorava a recepção da sua primeira turma de doutorado após consolidados dez anos de existência. Livre-pensador com docência e produção científica em Sociologia da Fronteira, dos Movimentos Sociais, da Violência, da Vida Cotidiana e Visual, o professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) falou aos estudantes, entre outros temas, sobre a pesquisa em Ciências Sociais e seus métodos. Bem-humorado e generoso até o final de sua palestra, concordou em dar entrevista ao **Jornal UFG**, com a condição de que não lhe fizéssemos “perguntas difíceis”. Não sabemos ao certo se conseguimos, mas chegamos ao seguinte resultado, em que ele fala um pouco sobre o campo, a cidade, as relações produtivas e suas implicações políticas no mundo contemporâneo.

No ensaio “Trabalho cessante” o sr. narra, com fotografias, o desmonte da fábrica de linhas “Pavão”. Na nota de rodapé, escreve: “A velha fábrica chegou a ter cem operárias nos bons momentos. Fornecera linhas para bordado e costura a consumidores espalhados por todo o país. Os produtos chegavam até remotos povoados das margens do rio Amazonas, ao Uruguai e à Argentina. Empresas estrangeiras venceram a miúda e sorrateira concorrência do dia a dia. Golias triunfara”. Logo em seguida, fala acerca do futuro daquele lugar: um novo condomínio de apartamentos. Gostaria de saber um pouco mais do que o sr. sentiu, o que lembrou e (re)viveu naquele momento?

Nasci no subúrbio fabril, numa família de trabalhadores rurais migrados para a cidade e que retornou ao campo por um breve tempo. Concluí o curso primário quando morava na roça. No subúrbio, nossa casa era cercada de fábricas. Fui trabalhar numa delas quando tinha 11 anos de idade. Todas as fábricas ao redor de casa desapareceram com o tempo. E eram muitas. De modo que o fim de uma fábrica há muito entrara na minha compreensão do sistema fabril. Esse ensaio fotográfico faz parte de meu livro de fotografias sobre a desindustrialização, publicado pela Editora da Universidade de São Paulo, na coleção “Artistas da USP”. Um dos capítulos é sobre o fim da imensa fábrica em que cresci, que pagou meu curso secundário noturno e que me estimulou a estudar. Lá me tornei adulto. Funcionou por quase um século. Só me emocionei quando voltei a ela para fotografar suas ruínas, na demolição. Nessa fábrica ocorreu o episódio narrado e analisado em meu livro *A aparição do demônio na fábrica*.



Como atender às demandas de produção de alimentos e distribuição de terras no Brasil?

Uma concepção difundida é a de que a reforma agrária mata a fome de quem a tem. Isso é uma simplificação porque a grande empresa agrícola pode suprir toda a demanda de alimentos do mundo,

com base em técnicas modernas e altamente produtivas. O problema da fome está nas irrationalidades de um mercado dominado pelo grande capital, que confunde comida com eletrônicos, o essencial com o supérfluo. Nos EUA, há excesso de produção de cereais, que os americanos exportam a preços competitivos e com isso arruinam economias agrícolas tradicionais, o que difunde e incrementa a pobreza. A agricultura tradicional, comunitária ou familiar, não tem tido condições de competir politicamente com a produtividade da agricultura empresarial, porque a produtividade da familiar é alta por fatores sociais e não por fatores econômicos. A relevância da reforma agrária é a de possibilitar a agricultura familiar como modo de vida relativamente seguro contra a desumanização do trabalhador e sua família.

Que análise pode ser feita da situação agrária (e da reforma agrária) brasileira nos dias atuais? Quais são os pontos críticos? É possível apontar especificidades no caso de Goiás?

O regime militar instituiu uma política agrária de motivação política e de solução econômica que possibilitou o desbloqueio da questão no Congresso, mas que bloqueou o suposto potencial de transformação social da reforma. Ela não atende apropriadamente à necessidade política da desconcentração cíclica da propriedade da terra nem atende, em escala, à necessidade de uma

democrática reordenação social. Curiosamente, o MST e a Pastoral da Terra institucionalizaram o caráter tóxico da reforma, dependente de mobilizações econômicas. Partidarizaram-na, despolitizando-a. Ela não entra na agenda política do país se não no formato de sua origem. Por outro lado, com o surgimento do lulismo, o Bolsa-Família virou instrumento do neoclientelismo político, esvaziando o potencial de mobilização e de mudança da luta pela reforma agrária. Confiantes na fidelidade do MST e da CPT, Lula e o PT puderam compor-se com o agronegócio e as oligarquias políticas retrógradas, inimigas da reforma.

Como podemos enxergar a participação dos trabalhadores e dos movimentos sociais (rurais e urbanos) na história do Brasil, em especial neste governo?

A participação do povo na história do Brasil sempre foi adjetiva, pois esta foi uma sociedade escravista a maior parte do tempo, o trabalhador destituído da condição de pessoa e sem existência civil. Tampouco a República abriu caminho para que os setores subalternos da sociedade brasileira se expressassem como sujeito político. Só com a Revolução de 1930, uma revolução de cima para baixo, e o populismo decorrente, começamos a ter consciência como povo e nação. Mas povo tutelado. Nos anos 1950, começaram os movimentos agrários propriamente políticos dirigidos pelos partidos comunistas. Na ditadura, a Igreja Católica passou a animar o surgimento de movimentos populares, que acabariam empenhando-se na formação do PT e na ascensão política de Lula em vez de explorarem as possibilidades do pluralismo político, que seria o meio de se fortalecerem. Com o PT no poder, os movimentos populares perderam eficácia, mais empenhados em legitimar Lula do que em legitimar o protagonismo do povo.

O documento “O estado das cidades do mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido”, apresentado pela ONU em março, no Fórum Social Urbano, aponta Goiânia como a 10ª cidade mais desigual do mundo e a mais desigual da América Latina. Que análise podemos fazer de um dado como esse?

Curiosamente, sociedades como a sociedade brasileira estão hoje mais sensibilizadas pelas estatísticas de um campeonato mundial de horrores do que por suas conquistas e por seu desenvolvimento. Gostam de sentir-se empurradas para trás e não para a frente. Temos que levar em conta que Goiânia ainda é uma cidade da fronteira entre o Brasil próspero e o Brasil muito pobre, portanto um dos primeiros lugares de chegada dos que a pobreza desloca em direção às periferias urbanas. Goiânia cresceu e se desenvolveu muito, é uma cidade moderna e, portanto, uma cidade preche de possibilidades no que se refere à justiça social e à afirmação cidadã de seus moradores. É à luz dessa contradição que esse indicador deve ser interpretado. Somos vítimas da ideologia do coitadinho e deixamos, por isso, de assumir de maneira propriamente política os desafios de indicadores como esse. A modernidade é feita de desafios e de práxis e não de lamentações.